

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AgRg no AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.411.899 - SC  
(2018/0325402-6)**

**RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**AGRAVADO : MARCIO RIBEIRO DA SILVA**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

## **DECISÃO**

Trata-se de agravo regimental interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA contra decisão de e-STJ fls. 290/292 que deu provimento ao recurso especial para determinar a substituição da pena privativa de liberdade por multa.

O agravante se insurge contra essa decisão, alegando que de acordo com o Enunciado n. 171/STJ "cominadas cumulativamente, em lei especial, penas privativa de liberdade e pecuniária, é defeso a substituição da prisão por multa".

É o relatório. **Decido.**

Os elementos existentes nos autos informam que o Tribunal de Justiça de Santa Catarina deu provimento ao apelo defensivo para alterar a pena restritiva de direitos de prestação de serviços à comunidade imposta ao agravado MARCIO RIBEIRO DA SILVA por prestação pecuniária no valor equivalente a um salário mínimo vigente à época dos fatos.

A defesa alegou que, sendo a pena de multa mais favorável ao acusado (já que não pode ser convertida em prisão) do que qualquer pena restritiva de direitos (que podem ser convertidas em prisão), o juiz somente poderá optar pela pena menos favorável — substituição por uma restritiva de direito, e não por apenas multa — mediante fundamentação válida, o que não se verifica na espécie (e-STJ fl. 212).

Às e-STJ fls. 290/292 foi dado provimento ao recurso especial

# *Superior Tribunal de Justiça*

defensivo para determinar a substituição da pena privativa de liberdade por multa a ser definida pelo Juízo da Execução.

O Ministério Público de Santa Catarina recorre dessa decisão, alegando que de acordo com o Enunciado n. 171/STJ "cominadas cumulativamente, em lei especial, penas privativa de liberdade e pecuniária, é defeso a substituição da prisão por multa".

Intimada a defesa (e-STJ fl. 308), ficou-se inerte.

De fato, considerando que o ora agravado foi condenado pela prática do crime do art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro, que prevê pena de detenção de seis meses e três anos, multa e suspensão ou proibição da permissão ou habilitação para dirigir veículo automotor, é vedada a substituição da pena corporal por multa. Confira-se:

*PENAL. HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO SUBSTITUTIVA DO RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. ARTIGO 306 DO CTB. SUBSTITUIÇÃO DA PENA DETENTIVA POR MULTA. INVIABILIDADE. SÚMULA N. 171/STJ. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. LIMINAR CASSADA.*

[...]

2. "(...) em se tratando de delito previsto em lei especial, constando do preceito secundário do tipo a cominação cumulativa de pena privativa de liberdade com pena pecuniária, inviável a substituição da pena corporal por multa. Inteligência da Súmula 171 do STJ." (HC n. 390.593/SC, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, DJe 11/5/2017).

3. Habeas Corpus não conhecido. Liminar cassada. (HC 401.198/SC, desta Relatoria, DJe 25/08/2017)

*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 306 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. SUBSTITUIÇÃO POR MULTA. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO PROVIDO. 1. Em se tratando de delito previsto em lei especial, constando do preceito secundário do tipo a cominação cumulativa de pena privativa de liberdade com pena pecuniária, inviável a substituição da pena corporal por multa. Inteligência da Súmula 171 do STJ (AgRg no REsp 1750730/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 16/08/2018, DJe*

# *Superior Tribunal de Justiça*

28/08/2018).

2. Agravo regimental provido para negar provimento ao agravo em recurso especial. (AgRg no AREsp 1364861/SC, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, Sexta Turma, DJe 25/04/2019)

Ante o exposto, **dou provimento** ao agravo regimental para declarar nula a decisão de e-STJ fls. 290/292 e, por via de consequência, conhecer do agravo mas negar provimento ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília, 04 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator

